

Regulamento de denúncia interna de violações do direito da União Europeia

O presente regulamento estabelece os canais e procedimentos para denúncia interna de violações do direito da União Europeia na Fundação Átrio da Música, entidade proprietária da Escola Profissional Artística do Alto Minho - ARTEAM, nos termos previstos na Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro.

1. O regulamento aplica-se à denúncia de violações do direito da União Europeia em matéria de (i) contratação pública, (ii) segurança dos transportes, (iii) segurança dos alimentos para consumo humano e animal, saúde animal e bem-estar animal, (iv) saúde pública, (v) defesa do consumidor ou (vi) proteção da privacidade e dos dados pessoais e segurança da rede e dos sistemas de informação, praticadas no âmbito da atividade deste estabelecimento de ensino por seus representantes ou agentes.
2. Pode efetuar denúncias ao abrigo do Regulamento qualquer pessoa que tenha conhecimento das violações de lei previstas no ponto 1, de ora em diante designada DENUNCIANTE.
3. A denúncia pode ser efetuada, em texto ou mensagem áudio através do mail direitoeufam@fam.org.pt, por correio dirigido ao Conselho de Administração da Fundação Átrio da Música.
4. É ainda possível realizar a denúncia em reunião presencial mediante marcação prévia para os contactos referidos no número anterior.
5. São aceites denúncias anónimas ou com identificação do denunciante.
6. As denúncias apresentadas verbalmente são registadas, obtido o consentimento do denunciante quando não anónimas, mediante (i) gravação da comunicação em suporte duradouro e recuperável ou (ii) transcrição completa e exata da comunicação. Se tal não for possível, será lavrada uma ata da comunicação.

7. Todas as denúncias recebidas será salvaguardada a exaustividade, integridade e conservação da denúncia, a confidencialidade da identidade ou o anonimato dos denunciantes e a confidencialidade da identidade de terceiros mencionados na denúncia, e de impedir o acesso de pessoas não autorizadas.
8. A pessoa responsável pelo tratamento de denúncias é nomeada pelo órgão titular do estabelecimento.
9. É garantida a confidencialidade, a proteção de dados e o sigilo no tratamento de denúncias.
10. Sete dias após a denúncia, a entidade titular do estabelecimento de ensino notificará o denunciante da receção da denúncia informando-o dos requisitos, autoridades competentes e forma e admissibilidade da denúncia externa.
11. No prazo de três meses após receção da denúncia, a entidade titular do estabelecimento de ensino notificará o denunciante das medidas previstas ou adotadas para dar seguimento à denúncia e respetiva fundamentação.
12. Para qualquer informação, o denunciante poderá utilizar os meios de contacto referidos no número 3.
13. As denúncias recebidas serão mantidas em registo durante o período de cinco anos salvo se houver pendência de processos judiciais ou administrativos referentes à denúncia, caso em que serão conservadas até ao final desses processos.
14. Ao denunciante é garantida proteção contra atos de retaliação.
15. O denunciante pode requerer as providências adequadas às circunstâncias do caso.

Viana do Castelo, 31 de maio de 2022

A Presidente do Conselho de Administração



(doutora Carla Soares-Barbosa)
arteam
FUNDAÇÃO ÁTRIO DA MÚSICA